

RECURSO ESPECIAL Nº 1.781.712 - RS (2018/0309132-0)

RECORRENTE : ANDERSON FRAGA MORALES
ADVOGADOS : RENAN DA SILVEIRA ESPINOZA - RS071283
EDUARDO ARAÚJO RAMOS E OUTRO(S) - RS076178
RECORRIDO : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORE : SIMONE ZANDONA LIMA E OUTRO(S) - RS041163
S
PAULA FERREIRA KRIEGER - RS057189

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por ANDERSON FRAGA MORALES com fundamento no art. 105, III, c, da Constituição Federal.

Na origem, Anderson Fraga Morales ajuizou ação ordinária com valor da causa atribuído em R\$ 1.019,00 (um mil e dezenove reais), em dezembro de 2009, tendo como objetivo ver implementados os reajustes das Leis Estaduais nº 11.467/2000 e 11.678/2001 ao valor da bolsa-auxílio pagas pela FDRH aos seus estagiários, conforme pactuado no contrato de estágio (termo de compromisso) firmado entre as partes e normatizado nos Decretos Estaduais que regulamentam o estágio.

Após sentença que extinguiu a demanda por ocorrência de prescrição, foi interposta apelação, que teve seu provimento negado pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

O referido acórdão foi assim ementado, *in verbis*:

AGRAVO INTERNO. APELAÇÃO CÍVEL. REEXAME NECESSÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO. ESTÁGIO. BOLSA AUXÍLIO. FDRH. NATUREZA JURÍDICA. INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. ART. 1º, DO DECRETO-LEI Nº 20.910/32 E SÚMULA 85 DO E. STJ. PROCESSO EXTINTO.

I - Descabida a pretensão de intimação do Estado do Rio Grande do Sul, pois, não obstante a autorização para extinção das Fundações integrantes da administração pública indireta, conferida pela Lei Estadual nº 14.982, de 16 de janeiro de 2017, a falta do pressuposto da regulamentação específica pelo Poder Executivo - arts. 9º e 11 -, a afastar a responsabilização do Estado, por ora, como sucessor.

II - Acerca da natureza jurídica da Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Rio Grande do Sul ora agravada, malgrado o debate no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, e a disciplina dos arts. 1º, da Lei Estadual nº 6.464/72, e 2º do Estatuto respectivo - Decreto nº 22.383/73 -, cumpre frisar a constituição do seu patrimônio de bens públicos, em parte, a indicar a sujeição às normas de direito público.

III - Nesse contexto, tendo em vista a pretensão inicial do recorrente de percepção da bolsa - auxílio, durante o período compreendido entre

Superior Tribunal de Justiça

03.03.2001 à 24.03.2003, e o ajuizamento da presente ação, em 07.09.2009, depois do decurso do prazo quinquenal, caracterizada a prescrição, com base no art. 12 do Decreto 20.910/32 e do enunciado nº 85 da Súmula do STJ. Precedentes deste TJRS.

Agravo interno desprovido.

Não foram opostos embargos de declaração.

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, ANDERSON FRAGA MORALES interpôs o presente recurso especial, apontando divergência jurisprudencial quanto à interpretação do art. 1º do Decreto nº 20.910/32.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

O Tribunal *a quo*, para decidir a controvérsia, interpretou legislação local, *in casu*, a Lei Estadual nº 14.982/2017, o que implica a inviabilidade do recurso especial, aplicando-se, por analogia, o teor do Enunciado n. 280 da Súmula do STF, que assim dispõe: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário."

Nesse diapasão, confirmam-se:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE RÁDIO-BASE DE TELEFONIA. AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO MUNICIPAL. LEI MUNICIPAL 13.756/04 E DECRETO MUNICIPAL 44.944/04. MATÉRIA DE DIREITO LOCAL. SÚMULA 280 DO STF. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno ajuizado contra decisão publicada em 26/08/2016, que, por sua vez, julgara recurso interposto contra decisão publicada na vigência do CPC/73.

II. Segundo consta do acórdão recorrido, a "Prefeitura Municipal de São Paulo propôs ação demolitória, em face da Tim Celular S/A, perante o Juízo da 7ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, objetivando a remoção da estação de rádio base instalada irregularmente, em razão de o equipamento estar em funcionamento sem prévio licenciamento urbanístico".

O Tribunal de origem manteve a sentença de procedência.

III. A questão controvertida nos autos foi solucionada, pelo Tribunal de origem, com fundamento em leis locais (Lei municipal 13.756/04 e Decreto municipal 44.944/04). Assim, torna-se inviável, em Recurso Especial, o exame da matéria nele inserida, diante da incidência, por analogia, da Súmula 280 do STF, que dispõe: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário". Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp n. 709.574/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 14/9/2015; REsp n. 1.455.034/DF, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 6/4/2015.

IV. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp n. 970.011/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 18/5/2017, DJe 24/5/2017.)

PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. REAJUSTES REMUNERATÓRIOS. LEIS MUNICIPAIS. INCIDÊNCIA. MATÉRIA LOCAL. SÚMULA 280/STF.

1. A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.217.076/SP, representativo de controvérsia repetitiva, firmou o entendimento de que "A discussão, na fase de liquidação, a respeito dos supervenientes reajustes concedidos pela legislação municipal (Lei 12.397/97) e seus reflexos no cálculo do percentual devido e no cumprimento da condenação imposta envolve exclusivamente interpretação e aplicação de direito local, insuscetível de reexame por recurso especial. Aplicação, por analogia, da Súmula 280 do STF" (Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJe 14/10/11).

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AgRg nos EDcl no AREsp n. 4.111/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 14/10/2014, DJe 12/11/2014.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ não conheço do recurso especial.

Com fundamento no art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro a condenação da verba honorária fixada na origem para R\$ 800,00 (oitocentos reais), sopesado, para a definição do *quantum* ora aplicado, o trabalho adicional realizado pelos advogados, cuja condenação ficará suspensa por ser a parte autora beneficiária da Justiça Gratuita, com fulcro no art. 98, § 3º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de março de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator